

RELIGIOSIDADE EM MINAS GERAIS DO SÉCULO XVIII: UMA ANÁLISE DO CATOLICISMO DEVOCIONAL A PARTIR DO NOTARIADO DA COMARCA DO RIO DAS MORTES¹

Lidiane Almeida Niero

Resumo: Esse artigo tem por objetivo traçar um quadro geral dos santos de devoção dos testadores registrados na comarca do Rio das Mortes no período de 1730 a 1800. Os legados testamentais da comarca visam à busca da sensibilidade religiosa numa região que produziu práticas muito próprias, sendo o reflexo da organização social vigente que explicitava uma série de divisões, tanto racial como social. Os testamentos constituem importantes fontes para a compreensão dessa religiosidade; apesar de menos usuais na pesquisa histórica mais recente do que os inventários *post mortem*, tem sido utilizados como fontes privilegiadas para pesquisas sobre temas variados como as estratégias dos testadores para transmissão de suas riquezas, nível de alfabetização, existência e relação dos testadores com seus herdeiros e a reparação de erros do passado. Os testamentos são sensíveis em rastrear as mentalidades, comportamentos, captar gestos e maneiras individuais e de grupos sociais. Aqui, foram investigados documentos de pessoas livres, libertas, ou brancas e negras, grupos em que existem diferenciações internas baseadas no sexo e na fortuna, levando em conta que, os testamentos estudados, longe de terem apenas uma mera feição econômica expressavam uma solene demonstração de fé. A presença ativa e marcante das devoções pode ajudar a pensar as relações entre religião, cultura e sociedade na região da comarca do Rio das Mortes durante o século XVIII.

Palavras-chave: religiosidade; testamentos; devoções; santos; século XVIII.

O esforço em compreender as articulações e formulações do quadro devocional na região das Minas permite resgatar sentidos impressos nas práticas e nas condutas religiosas dos testadores da comarca do Rio das Mortesⁱⁱ. Segundo o modelo de história cultural proposto por Chartier, possuir imagens de santos, participar de manifestações rituais, ingressar em uma instituição leiga (irmandades e ordens terceiras) e acompanhar celebrações religiosas são práticas condicionadas pelas representações elaboradas pelos grupos e indivíduos, ou seja, pelas construções simbólicas por eles concebidas e que lhes fornecem sentido ao mundo (CHARTIER, 1999).

Inserida no contexto colonial brasileiro, a Comarca do Rio das Mortes, território da antiga Capitania das Minas Gerais, representou um espaço relevante e peculiar no processo de expansão colonialista da Coroa Portuguesa. Na segunda metade do século XVIII, a comarca já era responsável pelo abastecimento de gêneros da capitania devido ao crescimento das atividades agrícolas e pastoris desenvolvidas.

Voltando-se para a religiosidade desenvolvida na região, esse estudo se apoiou na análise e elaboração de informações retiradas dos testamentos de moradores da comarca do

Rio das Mortes, o que permitiu conhecer o sentimento e a prática religiosa durante o século XVIII. A consciência da morte, a preparação para o seu advento e o temor que suscitava conferem às atas testamentárias um valor singular para adentrar no sugestivo mundo da religiosidade devocional e das mentalidades coletivas. Tais documentos conciliam interesses econômicos e espirituais. Segundo Silva (2011, p. 1723), a preocupação com a morte provém desde a Idade Média e se fixou com total força na mentalidade barroca e ibérica dos homens coloniais, sobretudo com os das Gerais, utilizando-se da representação das almas do purgatório e, sobretudo, das boas ações.

Segundo Boshi (2007, p. 59), na sociedade mineira setecentista, religiosidade, sociabilidades e irmandades se confundem e se interpenetram. A religiosidade foi muito marcada pelas formas associativas, expressas nas irmandades, nas confrarias, nas procissões ao santuário, na devoção aos santos, assim como em festas barrocas. Naquele tempo, não havia clara distinção entre o poder temporal e o espiritual; cabiam às irmandades não apenas dar amparo religioso, mas também proteção social, representando uma força auxiliar e complementar a da Igreja Católica.

O culto dedicado aos santos alcançou grande dimensão no território das Minas, onde assumiu características peculiares, participando de forma ativa das vicissitudes da vida humana, compartilhando os temores, as alegrias e as aspirações dos fiéis. Os testamentos constituíram importantes fontes para a compreensão dessa religiosidade, ainda que muitas vezes tal prática fosse puramente formal (FURTADO, 2009). Aproveitando o conjunto de informações provenientes desses documentos, esta pesquisa partiu para o estabelecimento de um quadro geral sobre os santos de devoção dos testadores cruzando, principalmente, os dados trazidos no *preâmbulo* e nas *disposições espirituais*ⁱⁱⁱ dos referidos documentos, tais como os pedidos de interseção, as missas em intenções, a escolha da mortalha e o lugar do sepultamento. Assim, pretendeu-se recuperar, ao longo da história da região, momentos e eventos nos quais e através dos quais possa-se cartografar a presença ativa e marcante da devoção aos santos na comarca do Rio das Mortes, durante o século XVIII.

1. Testadores e seus intercessores

Vê-se que, os testamentos estudados, longe de terem uma mera feição econômica, expressavam uma solene demonstração de fé. A devoção aos santos sendo declarada pelos testadores ou não, podia também ser reconhecida enquanto tal por agentes como as irmandades, através do hábito em que se quer ser enterrado, o local de sepultamento, a escolha

da mortalha, pelas missas deixadas e até mesmo por meio das doações que mostravam um envolvimento de devoção. Os critérios para identificar uma maior devoção parecem girar em torno da confiança e da intimidade que um devoto estabelecia com seu protetor e que pode ser discretamente percebida nos testamentos, expressas em marcas de linguagem como “interceda por mim”. Os testadores demonstravam acreditar que, em um plano superior, existiria um tribunal onde os santos seriam chamados a interceder perante a Deus, que assumiria um papel de juiz, como exemplificado abaixo.

Peço e rogo à gloriosa sempre Virgem Maria Nossa Senhora queira por mim interceder ... e o bem aventurado São João, que é o santo de meu nome, ao anjo da minha guarda, e o bem aventurado São Francisco e a todos os santo e santas da corte do céu, peço sejam meus advogados diante da divina majestade para que de mim aja (?) misericórdia (...)iv.

Nesse contexto, o grau de envolvimento do testador com seu santo de devoção também pode ser mais claramente identificado através da dedicação do devoto expressa por meio das doações efetuadas em seu favor (bens, dinheiro). Porém, nesse momento, será feito apenas o levantamento dos santos invocados na segunda parte dos testamentos, ou *preâmbulo*, onde se revelava, além do estado de saúde, a encomendação da alma e a invocação aos santos mais venerados. Em seguida, já nas *disposições espirituais* ou *bem da alma*, foram levantadas as devoções ligadas ao local de sepultamento e as intenções de missas.

Essas partes do testamento foram particularmente escolhidas por oferecerem uma série de informações de caráter espiritual, o que levou ao conhecimento de condutas ligadas a religiosidade dos testadores da Comarca do Rio das Mortes, no período abordado. Com efeito, há que se observar que, dos duzentos e trinta e quatro (234) documentos trabalhados, em apenas cinquenta e nove (59) deles, cerca de 25 %, os testadores mencionam claramente, no preâmbulo, seus santos de devoção, a quem pedem intercessão “agora e quando minha alma desse corpo sair”. O baixo percentual de menção à devoção, nessa parte, pode ser explicada pelo fato de, muitas vezes, o testador pedir a intercessão de seus santos de devoção, sem mencionar-lhe o nome, o que dificultou, de certa forma, um mapeamento devocional mais completo. Por outro lado, vale dizer que nessa porcentagem que pede a intercessão de santos protetores, é comum os testadores mencionarem mais de um santo, chegando a invocar, às vezes, até cinco santos diferentes.

Verificou-se que os testamentos eram produzidos nos momentos que antecediam à morte, (o que pode significar alguns instantes, horas ou muitos anos), e nele ficava registrada a última vontade do testador sobre o que deveria ser feito com seus bens (FURTADO, 2009).

Levados pela eminência da morte, “por estarem doentes em cama”, “doentes em cama com uma grande enfermidade”, “entrevados em uma cama” ou ainda “andando de pé e com saúde”, “por estarem molestados, mas ainda de pé”, “com idade adiantada” e até mesmo “em perfeita saúde”, assim as pessoas preparavam seus testamentos. Fato é que o medo da morte ou “considerando a brevidade da vida humana”, ou ainda por temer “a morte que a todos é infalível” parece levar as pessoas a não apenas agarrarem-se com seus santos de devoção, mas com todos os outros; “todos os santos são bem-vindos” (AUGRAS, 2005).

Desse modo, além de os testadores pedirem a intercessão de suas devoções pessoais, 52% (cinquenta e dois por cento) deles se asseguravam com todos os demais. Percebeu-se, assim, que as relações entre o devoto e o panteão de santos católicos intensificam-se, em sua maioria, nos momentos de aflição, desespero, doença e, principalmente, no medo da morte. Entretanto, nem todos os devotos partilhavam desses sentimentos no mesmo grau, existindo sempre uns mais “fervorosos” que outros.

Segundo Evangelista (2010, p. 261), os testamentos ofereciam uma salvação da alma individualizada, pois as suas determinações poderiam depor a favor ou contra a sua alma na hora do julgamento final. Com a invocação aos santos os testadores tinham o objetivo de recorrer à intervenção das entidades entre eles e Deus, para que advoguem em favor de sua alma submetida as tentações do demônio que se coloca de prontidão a espera de que a morte aconteça sem o arrependimento dos pecados cometidos em vida. Assim, além das devoções particulares a que cada um se dedicava, na hora da morte, podia-se reforçar o círculo de defensores celestiais que ajudassem o moribundo a fazer a travessia até o outro mundo e advogassem em sua defesa no tribunal divino (EVANGELISTA, 2010, p. 264).

Vale lembrar que esse primeiro ponto, como já foi destacado, intentou apenas destacar os santos mais invocados pelos testadores com o pedido de intercessão. Dessa forma, como o número de santos que aparecem nos testamentos é bem elevado e, não cabe aqui a apresentação de cada um deles em particular, foram trabalhados, de forma sucinta, os santos mais mencionados ou, que de certa forma, estavam ligados a uma relação de devoção.

Começando com os santos intercessores, dos que aparecem no preâmbulo, apontei cinco (5) deles que apresentam resultados mais expressivos, em ordem decrescente: Santa Ana, Santo Antônio, São José, São Francisco e São Joaquim.

Vê-se que, entre os mais invocados, nessa parcela de 25 % dos testamentos com mais de um santo de devoção, Santa Ana aparece em primeiro lugar, com 23 pedidos de intercessão. Embora se encontre muitos detalhes acerca da vida de Santana, no Novo Testamento nada é dito sobre ela e seu esposo Joaquim. Segundo Varazze (apud AUGRAS,

2005), a falta de documentos referentes aos ascendentes da Virgem pode ser atribuída a mais uma das maldades do Rei Herodes, que teria mandado queimar arquivos do Templo de Jerusalém, para poder afirmar a nobreza de sua própria origem, doravante impossível de ser contestada.

Venerada pela Igreja Católica, Santana, cujo nome em hebraico significa graça, foi mãe da Virgem Maria, casou-se com Joaquim quando ainda eram bem jovens, mas o fato de não conseguirem procriar, teria causado grande vergonha a Joaquim, por ser considerado um homem estéril^v. No entanto, a milagrosa fertilidade aconteceu quando Ana já tinha 40 anos de idade e concebeu Maria.

No Brasil, Santana passa a ser particularmente venerada a partir do século XVIII, acompanhando, ao que parece, a expansão do ciclo do ouro, com a fundação de inúmeras capelas consagradas a Ela, na região das Minas, desde o início da povoação (AUGRAS, 2005). No geral, a capitania de Minas Gerais abriga um número expressivo de locais de cultos dedicados a Santana^{vi}, a padroeira dos mineradores. A popularidade da santa parece estar ligada a suas virtudes e ao seu papel em relação aos homens da sagrada família, invocada por ser espelho da obediência e da paciência, protetora das viúvas e mulher forte, avó de Cristo, sogra de São José e protetora das famílias.

Em segundo lugar na preferência dos testadores, com 19 pedidos de intercessão, aparece Santo Antônio. “A carreira taumatúrgica que a hagiografia atribuiu ao santo certamente contribuiu para sua eleição como santo doméstico e cotidiano” na comarca do Rio das Mortes (VAINFAS, 2003, p. 30). Pela mediação de sacerdotes e colonos portugueses, a devoção a Ele foi introduzida no Brasil ainda no período colonial. Entre os séculos XVII e XVIII, Santo Antônio passa a ser invocado na proteção do Reino de Portugal, ainda que a padroeira oficial do país fosse Nossa Senhora da Conceição. Sua instauração no Brasil deu-se com o processo de colonização que tinha a religião oficial do Estado como um de seus pilares, no qual era “natural” que devoções da metrópole fossem transplantadas para as colônias, e nelas estimuladas (MENEZES, 2004).

Santo Antônio foi o “mais português de todos os santos” e, seja como for, a maleabilidade ou plasticidade da devoção a ele torna-se um traço marcante das religiosidades coloniais. No Brasil, Santo Antônio é, de longe, o santo que mais emprestou seu nome à toponímia brasileira, batizando freguesias, vilas e cidades^{viii} (VAIFAS, 2003, p. 31). No período colonial, as relações dos fiéis com o santo eram tão íntimas quanto o eram com Cristo e com a Virgem, sempre invocados a cada dificuldade ou simplesmente pontuando o vocabulário cotidiano, as frases, as conversas sobre os mais variados assuntos (VAIFAS, 2003, p. 31).

Ao santo português são atribuídos os poderes de proteger as casas e as famílias, de advogar causas justas e menos justas junto a Virgem e ao Menino Jesus, interceder pelas almas do purgatório, já que o santo possuía o poder sobrenatural de descer às profundezas do purgatório e resgatar as almas do perigo de caírem nas garras do diabo, além do poder de ajudar os devotos a encontrarem objetos perdidos. Ele também é conhecido como o protetor do amor e do casamento, prática que se liga ao fato de sua data comemorativa recair no mês de junho, o solstício que os pagãos relacionavam à fecundidade. No entanto, segundo Renata Menezes (2004, p. 180), cabe destacar que como um santo milagroso, Santo Antônio é capaz de atuar em várias frentes, mesmo que tenha algumas especializações.

Retomando a classificação, em terceiro lugar, com 16 pedidos de intercessão, nos testamentos, aparece São José. A devoção a Ele foi muito forte nas Minas setecentistas, e tal fama pôde ser confirmada pelo número de testadores da comarca do Rio das Mortes que o mencionaram como seu santo ou como um de seus santos de devoção. A popularidade de São José está ligada, para além do fato de ser o santo esposo de Maria, a uma série de encargos que recebe como o de casamenteiro (ainda que com menos popularidade que Santo Antônio), “ajuizado e refletido, que conserva ímunes das pestes as meninas que furam as orelhas no dia 19 de março”, “advogado das chuvas”, “vê-se que é santo caseiro atento ao bem-estar de toda a gente que lhe tem devoção” (AUGRAS, 2005, p. 122).

Além de todas essas “especialidades”, São José é invocado como patrono da Boa Morte e, devido à sua privilegiada humanidade, “ensina os enfermos a se desprenderem dos vãos bens terrenos” (AUGRAS, 2005, p.122), fato que pode ter contribuído para que ocupe uma posição de destaque entre os santos mais invocados, com pedidos de intercessão na hora da morte.

Na comarca do Rio das Mortes, a região, que hoje recebe o nome de Tiradentes é o registro mais antigo encontrado que homenageia o referido santo. Tendo sido descoberta em aproximadamente 1702, foi elevada à vila com o nome de São José. No entanto, na região da comarca, não há registros de irmandades dedicadas ao Santo. Em Minas, a mais antiga e importante delas foi estabelecida na freguesia do Pilar de Vila Rica, por volta de 1730. Era uma confraria de certa forma mais liberal, agregando pessoas das mais variadas profissões, como carpinteiros, pedreiros, sapateiros, alfaiates, pintores, músicos e militares e até aceitando, entre eles, mulheres. Os irmãos, a ela reunidos, puderam defender, cada qual dentro da sua atividade profissional, seus interesses, além de terem em comum a oportunidade de irradiar o culto do santo, organizando as festas em sua homenagem (ALVES, 2005, p. 75).

Em quarto lugar, com 12 pedidos de intercessão pelos testadores, aparece São Francisco de Assis, filho de ricos comerciantes, muito conhecido por praticar a perfeição evangélica, abraçar a pobreza e andar no caminho da simplicidade, mas, tudo isso, depois de consumir anos de sua vida na vaidade. Segundo Varazze (2003) São Francisco tornou-se popular por pregar aos pássaros, que o escutavam, deixavam-se tocar por ele e só se retiravam depois de terem recebido sua permissão. Devido à sua atitude diante dos bichos, do sol, da lua, da natureza, São Francisco foi proclamado pelo vaticano, em 1979, padroeiro das reivindicações ecológicas.

Fundador da Ordem Franciscana, São Francisco teve grande influência na evangelização do Brasil e foi um dos maiores apoios da Igreja católica no decorrer do século XVIII, século de triunfo do papado, mas também de grandes crises internas (AUGRAS, 2005).

Finalmente, em quinto lugar, encontra-se São Joaquim, com 10 pedidos de intercessão pelos testadores da comarca do Rio das Mortes. A devoção aos pais de Maria inicialmente estava ligada ao fato de serem escolhidos por Deus para gerar a Imaculada, que viria gerar o filho de Deus, Jesus. Desse modo, a presença de São Joaquim está quase sempre vinculada a de Santana. No entanto, seu culto parece não ter alçando a mesma força que os então dedicados a Santana e a São José. Em Minas, até 1700, sequer havia uma capela própria e raríssimas eram as irmandades a ele devotadas (ALVES, 2005).

Embora pouco se saiba sobre sua vida, o apelo a São Joaquim se dava em momentos difíceis, nos tempos fortuitos em que era invocado, ajudando a vencer as dificuldades devido às qualidades que lhe foram atribuídas: homem forte, de fé e esperança. Ana e Joaquim eram modelo de família bem-sucedida, ajudando a doutrinar uma sociedade em que a bigamia era comum.

Vê-se que os santos possuem uma biografia que justifica a sacralidade de sua identidade. Ao recorrerem a seus santos de devoção, as pessoas buscam proteção contra as adversidades da vida, a doença, o sofrimento e amparo na hora da morte, ou seja, o santo deve proteger seu devoto na vida presente e facilitar acesso à vida eterna. Nesse contexto, os milagres desempenham um papel importante para o reconhecimento das especialidades dos santos, ou suas áreas de atuação, uma vez que permitem reconhecer os poderes que a eles são socialmente atribuídos.

2. Os pedidos de missas

A morte como o mais incógnito momento da vida humana tem gerado, ao longo dos séculos, uma série de crenças e superstições que levaram os testadores da comarca do Rio das Mortes a investirem em ofícios, missas e orações em benefício de suas almas ou para o bem e salvação das mesmas. A agonia e o momento da morte eram algo muito temido pelos cristãos que acabavam solicitando todo o apoio espiritual possível que, muitas vezes, vinha através da devoção aos santos e das missas de intenção pedida pelos testadores em questão.

Nesse período que se estende do ano de 1730 a 1800, 86,3 % dos duzentos e trinta e quatro testadores pediram missas em intenção, seja a sua alma, as de seus familiares, das pessoas com quem tiveram negócios, pelas almas do purgatório e até mesmo de seus escravos. No entanto, apenas 14 % pediram missas dedicadas aos seus santos de devoção ou, pelo menos, apenas nessa porcentagem foi identificado claramente esse pedido, uma vez que foram verificados muitos outros pedidos de missas sem especificações.

As cerimônias religiosas, como as missas, formavam uma intercessão privilegiada e deveriam iniciar-se antes do corpo do defunto ir à sepultura. Desse modo, começavam com a missa ou ofício de corpo presente, com a participação de várias pessoas presentes ao cortejo fúnebre e era oficiada pelos sacerdotes. O *status* econômico influía no tipo de enterro e funerais que solicitavam os testadores, podendo ser com grande pompa, acompanhado por vários sacerdotes e irmandades ou, ainda, bem modesto.

Nos testamentos registrados, os seus outorgantes optaram tanto pelo ofício de corpo presente, quanto pelos outros pedidos de missa. O principal investimento era, portanto, feito na encomendação das missas que se destinavam à salvação da alma. Segundo Vovelle (2010) o número de missas que os testadores pedem aos seus herdeiros pode ser considerado uma das maiores provas da devoção, assim através destes pedidos e da importância que lhes atribuem que os testadores revelavam a inquietação que sentiam e o medo em relação à passagem que teriam de efetuar.

Desse modo, pelo sentido que lhe é atribuído, praticamente não existem testamentos sem referências específicas às missas que se deveriam mandar celebrar “pela alma” do testador, exceção feita aos testadores que deixavam o bem da alma a critério dos testamentários. Quando não era assim, os testadores podiam deixar, no lugar do número de missas, a quantia que deveria ficar reservada às cerimônias, além de destinar alguns bens a isso, ou ainda deixar indicado que o que sobrasse de seus bens deveria ser empregado na encomenda de missas por sua alma.

Vê-se que em muitos testamentos, os testadores, além de deixarem um determinado número de missas inscritas, pediam que fosse gasto, em missas, o dinheiro da venda dos bens restantes ou uma parte de sua herança depois de “satisfeitos seus legados e pagas as suas dívidas”. A quantidade de missas mostrou-se extremamente variável, tendo sido encontrados um número significativo de testadores que pediram poucas missas - até mesmo devido à sua condição financeira - ao mesmo tempo em que se pôde verificar a existência de testadores que pediram centenas e até milhares de missas; como é lógico, a medida em que aumentava o prestígio social e a capacidade econômica, aumentava também o volume da demanda. As missas em intenção às almas de seus familiares falecidos e do purgatório era muito recorrente, pois este ato, além de ser uma forma de homenagem, no caso dos familiares, contribuía para a salvação do devoto. Entende-se que rezar pelas almas significa deixá-las aos cuidados divinos para aliviar-lhes as penas a fim de que possam alcançar a luz celeste e o descanso, ou seja, para que atinjam um progresso espiritual.

Observou-se que muitos testadores se “cercaram de missas” por todos os lados, abrangendo não só a comarca, o bispado, chegando, até mesmo, a fazerem pedidos em Portugal, ou seja, é de costume pedirem missas em freguesias, vilas, cidades e reino onde se tem algum vínculo pessoal, na maioria das vezes, de origem do testador.

As missas que tinham como principal objetivo um pedido de intercessão pelas almas dos testadores podiam ser realizadas em tempo ou data estipuladas por eles ou de acordo com as condições reais, ou seja, os diferentes resultados eram o reflexo de situações econômicas e sociais também diferentes. A maioria dos testadores pedia que se realizassem algumas missas no próprio dia do enterro e se não pudessem ser todas, então que fossem o maior número possível, deixando as outras para os próximos dias, de acordo com a urgência de cada um, lembrando que normalmente havia um prazo para que seus testamenteiros e herdeiros cumprissem seus legados.

Incluído no número de missas celebradas pelas almas dos testadores, viu-se que parte delas era designada às missas de intenções aos santos. Como já era de se esperar, os santos mais requisitados na primeira parte do testamento continuaram liderando a preferência dos testadores. Santa Ana, Santo Antônio, São José, São Francisco e São Joaquim ocupam, respectivamente, os cinco primeiros lugares dessa lista.

Através das disposições testamentárias, vimos a utilidade dos sufrágios, em particular das missas como alívio das penas do purgatório. Parece correto afirmar que essas celebrações, em lugares determinados ou sob devoções particulares, garantiam aos testadores uma maior segurança e ajudavam a amparar a alma no momento da morte.

3. A escolha da mortalha

Uma vez ultrapassado o limite da morte, o defunto era amortalhado. Do conjunto de testamentos trabalhados, apenas 15 % dos testadores não mencionaram a mortalha com que desejavam ser enterrados. O resto dos outorgantes que manifestam o desejo de ser amortalhado em um determinado hábito mostram, a maior parte, preferência pelo de São Francisco, que totalizou o montante de 107 pedidos. Com número bem inferior, 47, o hábito de Nossa Senhora do Carmo aparece em segundo lugar na preferência dos testadores.

Após a preferência pelo hábito dessas duas ordens, os outorgantes declararam que seu corpo fosse amortalhado em um lençol, às vezes em “um lençol branco”, outras em um “lençol de linho”, ou simplesmente em “um lençol”. Em alguns casos, apareceram aqueles que, na falta do hábito de preferência, davam uma segunda opção, como fez Águida de São João, casada, em seu testamento outorgado em 1755, diz: “meu corpo será sepultado na Igreja matriz de Nossa Senhora da Piedade da Borda de Campolide, donde sou freguesa, e amortalhado em hábito de São Francisco e, na falta de hábito, em um lençol de linho e levado na tumba da Irmandade das Almas”. Também Davi Viera, solteiro, irmão de Nossa Senhora da Assunção, em seu testamento outorgado em 1770, pedia para que seu corpo fosse amortalhado em hábito de São Francisco, e na falta deste, em hábito de Nossa Senhora do Monte do Carmo, e na falta de ambos, em um lençol de qualquer qualidade.

Vale destacar que uma parcela considerável dos testadores escolhiam ser enterrados em hábito da irmandade ou ordem a que pertenciam. Tal fato, no entanto, não era uma regra; podia-se optar pelo hábito de uma confraria, ainda que não fosse irmão desta.

Nesse ponto, os resultados mostraram que a escolha da mortalha estava diretamente ligada ao local de vivência dos testadores, ou seja, uma vez que a maioria deles moram na vila de São João Del Rei ou nas proximidades, é compreensível a tendência de se voltarem para as devoções estabelecidas no local e associarem-se a elas, como as devoções das irmandades e ordens terceiras da região.

4. O lugar do sepultamento

Após a descrição de todo o cortejo fúnebre, as escrituras testamentárias se encarregavam de tratar da última etapa do caminho que o defunto deveria percorrer, desde a morte até o momento do descanso final na sepultura.

Os testadores, normalmente, pediam para serem enterrados na tumba de uma determinada irmandade, ordem, igreja ou capela, sem mencionar cemitérios, uma vez que as sepulturas se encontravam ou no espaço da igreja, ou pertinentes a ela.

De todo o conjunto de documentos trabalhados, em 54,7 % os testadores expressaram desejo ou vontade em relação à eleição de sua sepultura, enquanto 45,3 % não expressaram o mesmo desejo ou deixaram ao encargo de seus testamenteiros (número não contabilizado). Na comarca do Rio das Mortes, a capela de Santo Antônio estava entre as mais escolhidas para local de sepultura dos testamenteiros. Entre os 19,6 % que optaram por essa capela, encontravam-se personagens como Luís Gomes da Costa, tabelião, solteiro, morador na vila de São José. A mesma capela foi indicada por Violante Moreira da Assunção, viúva, moradora na Freguesia de Santo Antônio de Itaverava. Na mesma comarca, também era muito requisitada a capela de São Gonçalo, com a mesma porcentagem da de Santo Antônio, 19,6 %. Entre os testadores que pediram para ser enterrados nela, estavam o capitão João Teixeira de Miranda, morador no arraial de Catas Altas, e a preta forra, Antônia Francisca, de nação Mina.

Mas, sem dúvida, o lugar de eleição dos testadores para a escolha de sepultura, da comarca do Rio das Mortes, estava, em sua maior parte, ligado a São Francisco de Assis (33,3 %). O padre Silvestre Coelho Velho, irmão da Irmandade das Almas, em seu testamento outorgado em 1759, pedia para que seu corpo fosse sepultado na capela de seu patriarca São Francisco da vila de São João Del Rei. Francisco Ribeiro de Matos, solteiro, morador na vila de São João Del Rei, em seu testamento outorgado em 1779, também solicitava que seu corpo fosse enterrado na capela da Ordem Terceira de São Francisco, de quem era irmão.

Com esses exemplos, pôde-se relacionar alguns elementos da devoção que puderam ser estudados através dos testamentos, servindo, assim, não só para conhecer a atitude ante à morte, mas as atitudes religiosas ante à vida.

Considerações finais

Ao que parece, a grande maioria dos testadores, ao deixar por escrito as últimas vontades, atendem à necessidade de se apegarem às suas devoções. Os hábitos, valores e as práticas sociais parecem girar em torno da crença e do medo da morte ou o do sentimento de insegurança advindo da incerteza do que vem antes ou depois dela. Assim, a devoção aos santos vai além dos gestos individuais, podendo expressar uma experiência cotidiana, um imaginário vivido coletivamente e as relações sociais que se estabelecem por meio dela (ANDRADE, 2010).

O culto aos santos era muito presente na cultura religiosa desses testadores, inclusive trazendo uma biografia que justificava sua identidade sagrada. Inúmeras são as devoções que vêm se manifestando na região, desde o início de sua formação. Algumas, no entanto, tiveram maior repercussão, talvez por conta da sua especificidade, sua construção histórica ou da religiosidade que ali se manifestou. Constatou-se que a religiosidade devocional na comarca do Rio das Mortes, no intervalo temporal compreendido entre 1730 a 1800, era dinâmica e bem complexa. Apesar dos testamentos trabalhados apresentaram como ponto comum a preocupação com a “hora da morte”, foi possível atestar que os critérios que definiam uma devoção no contexto acima descrito eram muito particulares e perpassavam pela cumplicidade entre o devoto e o santo presente nas manifestações devocionais.

Referências

- ALVES, Célio Macedo. Um Estudo Iconográfico. In: COELHO, Beatriz (Org). **Devoção e Arte: Imaginária Religiosa em Minas Gerais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 69-92.
- ANDRADE, Solange Ramos de. **O culto aos Santos**. A Religiosidade Católica e seu Hibridismo. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPHU, Ano III, n. 7, maio, 2010.
- ARQUIVO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. São João del Rei. **Livros de testamentos, 1730-1800**.
- AUGRAS, Monique. **Todos os Santos são bem-vindos**. Editora Pallas. Rio de Janeiro, 2005.
- BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.
- EVANGELISTA, Adriana Sampaio. **Pela Salvação de minha alma: vivência da fé e Vida cotidiana entre os irmãos terceiros de Minas Gerais – séculos XVIII e XIX**. Tese (doutorado em Ciência da Religião), UFJF, Juiz de Fora, 2010.
- FURTADO, Junia. Testamentos e inventários: a morte como testemunho da vida. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MATA, Sérgio da. **Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais**. Brasil. Século XVIII-XIX. Berlim: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2002.
- MENEZES, Renata. **A dinâmica do sagrado: rituais, sociabilidade e santidade num convento do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: 2004.
- PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos**. São Paulo, Annablume/Faculdades Integradas Newton Paiva, 1995.
- VAINFAS, Ronaldo. **Santo Antônio na América Portuguesa: religiosidade e política**. REVISTA USP, São Paulo, n.57, março/maio 2003, p. 28-37.
- VARAZZE, Jacopo de. **Legenda áurea: vidas de santos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- VILLALTA, Luiz Carlos & RESENDE, Maria Efigênia Lage de. (Org). **História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas**. Autêntica; Companhia do Tempo, vol. 2, 2007.

ⁱ Esse texto é parte da pesquisa desenvolvida durante o mestrado. NIERO, Lidianie Almeida. Santos e devoções nas Minas setecentistas: feições da religiosidade católica na comarca do Rio das Mortes. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião), UFJF, Juiz de Fora, 2014.

ⁱⁱ A Comarca do Rio das Mortes foi uma das três primeiras existentes na capitania das Minas Gerais, sendo instituída em 1714 e tendo como sede a Vila de São João del Rei. Estendia-se pelo centro-sul, a sudoeste da capitania, compreendendo os termos de São José del Rei, Jacuí, Baependi, Campanha da Princesa, Barbacena, Queluz, Nossa Senhora de Oliveira, São José do Rio das Mortes e Tamanduá.

ⁱⁱⁱ A maioria dos testamentos do século XVIII é composta, em geral, por quatro ou cinco partes características: apresentação ou prólogo, o preâmbulo, as disposições espirituais, as distribuições do legado e as assinaturas das testemunhas. O *prólogo* inclui a saudação (sinal da cruz), a data e a identificação do testador, seguido do *preâmbulo religioso* que revela o estado de saúde, encomendação da alma e a invocação aos santos mais venerados. Em seguida, determinavam-se as *disposições espirituais ou bem da alma* com a escolha da mortalha e do lugar da sepultura, indicação do acompanhamento ou constituição do cortejo fúnebre, número dos ofícios e missas com as respectivas intenções, custo de cada uma das cerimônias, legados de caridade e religiosos. Depois, iniciam-se as *disposições dos bens móveis e imóveis*, alforrias, vendas de escravos, a enumeração dos herdeiros e legatários, atribuição da terça, repartição da herança, pagamento e cobrança de dívidas, além das despesas com o funeral, nomeação do testamenteiro, doações a instituições religiosas, aos pobres e aos doentes. A seguir, vêm as descrições gerais, assinatura ou sinal do testador, assinaturas do escrivão e do oficial responsável pelo registro e, por fim, os *codicilos* que, quando registrados, tinham por objetivo alterar legados ou disposições anteriores (PAIVA, 1995).

^{iv} Testamento incluso no inventário post-mortem de João Lopes Loureiro, datado de 1754, Arquivo do IPHAN de São João Del Rei.

^v Toda mulher tinha que dispor das condições para servir de veículo aos desígnios de Deus, se assim Ele o desejasse. Por isso, a esterilidade causava sofrimento e vergonha.

^{vi} A capela do Barroso, fundada em 1729, é a mais antiga dedicada à santa.

^{vii} O arraial de Santo Antônio do Bom Retiro é o registro mais antigo que presta homenagem ao santo, com freguesia instituída em 1707. O arraial ficava a uma pequena distância de Sabará - centro de peregrinações dos devotos de Santo Antônio. Segundo Diogo de Vasconcelos, foram o paulista Francisco Rodrigues Penteado e seus irmãos que, minerando nos princípios do século XVIII, fundaram o arraial de Santo Antônio do Bom Retiro da Roça Grande (História Antiga de Minas Gerais, 239). Com frequência, se vê o arraial designado por Santo Antônio da Roça Grande e, às vezes, simplesmente Bom Retiro.